

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO BRASIL NO
MOMENTO DE SUA INDEPENDÊNCIA.
(Análise do artigo da revista “Bom Senso”, publicada
em Londres, em janeiro de 1823). (*)

INEZ GARBUIO PERALTA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo.

“O Brasil se exaspera cada vez mais com a mãe pátria, e a cada esforço que esta faz com o fim de retê-lo em seu domínio, mais êle se avanta na carreira da independência” (1).

Esta é uma das muitas observações que caracterizam o artigo sobre o Brasil, publicado na Revista o *Bom Senso*, nº 1, vol. 1, editada em Londres em janeiro de 1823.

É oportuno notar que essas observações foram publicadas decorridos apenas quatro meses da proclamação da independência brasileira. Tais observações nos revelam um jornalista de ampla visão e capaz de perceber os rumos históricos do Brasil e de Portugal num momento crucial da vida política dos dois países.

O autor afigura-se-nos como um legítimo representante das teorias políticas inglesas dessa época; isto é, a superioridade do regime representativo bi-cameral.

(*) — Agradecemos ao Prof. Dr. Brasil Bandecchi por ter colocado à nossa disposição esta Revista, que sem dúvida é um documento raro e precioso para pesquisa.

(1). — *O Bom Senso*; periódico mensal político e literário. Impresso em Londres por L. Thompson, 19 Great St. Helens; Bishopsgate Street, nº 1, vol. 1, janeiro de 1823, p. 52.

Já no prefácio da revista, o editor afirma que não pretende caluniar mas discorrer livremente pela boa causa (2) e para que a liberdade e a independência triunfem em tôdas as nações.

Como primeiro artigo da Revista o editor transcreve a proclamação do Imperador do Brasil de 21 de outubro de 1822; na qual D. Pedro oferece um prazo de quatro meses para que os portugueses se decidam: ou a continuação da amizade sem invasões ao Brasil, fundada nos ditames da justiça e interêsses recíprocos ou a guerra que só teriam fim com o reconhecimento da independência por parte de Portugal ou com a ruína de ambos os Estados.

A proclamação do imperador do Brasil é transcrita sem nenhum comentário, o que estranhámos bastante. Contudo continuando a folhear a revista deparamos com um artigo sôbre o Brasil, no qual o autor faz certas afirmações de tal forma lúcidas que se nos apresentam superiores a certas posições sustentadas ainda em nossos dias.

Se o Brasil, diz o autor, cada vez mais caminha para a separação de Portugal é porque a mãe Pátria não soube lidar com o mesmo, pois tudo o que aqui acontecia era considerado como ato de rebeldia; e ao primeiro sinal de descontentamento na colônia as Côrtes, o Govêrno e até o Povo português perdia a moderação e investiam contra povo, govêrno, província, enfim contra tudo o que era brasileiro.

Continuando sua análise o autor afirma que os portugueses clamam de nada servir o Brasil sem Portugal;

“... perdido pelos brasileiros este mercado exclusivo de 3 milhões de habitantes, adeus Brasil, cessa de existir, os mares o subvertem, nações vizinhas o subjugo...” (3).

Diz o autor que para os portugueses os queixosos de São Paulo são rebeldes; o Príncipe Real que os acolhe é rebelde; os habitantes do Rio de Janeiro só fazem rebeldia; a Província de Pernambuco quer a guerra civil; o Ceará e a Bahia querem nada mais nada menos que sedições e rebeldias

“... que o Madeira cordatamente pune, que as Côrtes approvão, e que os bons portugueses em tôda a parte aplaudem...” (4).

(2). — Trata-se do regime constitucional que o editor defende, em vários números da Revista, como o único adequado ao progresso do Brasil e Portugal.

(3). — *O Bom Senso*, nº 1, vol. 1 pág. 51.

(4). — *Idem, Ibidem*.

E contra a “rebeldia” dos brasileiros Portugal emprega a fôrça, e essa atitude desastrosa da mãe Pátria leva o Brasil cada vez mais dela e se integrar num nôvo contexto político, aproximando-se da política americana. Essa aproximação, para o autor do presente artigo, daria início no Brasil a uma fase de riqueza, glória, magnificência e liberdade.

Interrompendo seu raciocínio diz o autor que o mesmo deverá ser retomado nos próximos números da revista, quando êle certamente terá mais argumentos sôbre a independência do Brasil. Em seguida cita um fato que abalou sua confiança no Imperador do Brasil. Trata-se do espancamento de 305 (*sic*) soldados portugêses ordenado por sua Majestade porque estes se recusaram a aceitar a cidadania brasileira. Embora sem ter provas ainda da veracidade do acontecimento o autor critica violentamente a atitude do Imperador dizendo que se os brasileiros o aclamaram seu defensor foi para êle não arredar da

“... estrada da honra e da mais sublime liberdade...” (5).

Essa crueza para o autor é digna de reis e imperadores absolutistas, de Nero e Diocleciano;

“... nunca de quem falsa ou verdadeiramente se decora com o nome de constitucional...” (6).

Pergunta ainda ao imperador se êle

“Julga tão firme o seu trono que sobejas cruezas o não derubem?” (7).

Para o autor em questão o espírito de independência não é recente nos brasileiros — (não data de 1822); a volta de D. João VI para Portugal

“... de certo punha a independência no Brasil, e sua ficada era novo título de união...” (8). Não foi pois D. Pedro a “razão prima”, o “argumento cabal”

em favor da independência do Brasil; e esta, diz o autor, não depende de quem o ama, governa ou defende. Enfeixando êste raciocínio pode-

(5). — *Idem*, pág. 54.

(6). — *Idem*, pág. 53.

(7). — *Idem*, pág. 54.

(8). — *Bom Senso*, pág. 55.

(9). — *Idem*, pág. 54.

mos concluir que para o autor êstes atos levariam o povo a se afastar do imperador e mesmo excluí-lo da caminhada em favor da concretização da independência; pois

“do céu pode o Sr. D. Pedro alcançar o perdão, mas dos homens livres certamente nunca o há de obter...” (9).

D. Pedro não foi obviamente o fautor da liberdade do Brasil pois esta, segundo o autor, emana da natureza das coisas, da força e autoridade do exemplo; e o nosso país estava próximo das treze colônias norte-americanas que deram o exemplo em 1776.

Tendo bem perto de nós o exemplo dos Estados Unidos e fazendo fronteiras com as repúblicas meridionais em constante ebulição, como poderia o Brasil permanecer mero espectador desses acontecimentos?

Se os brasileiros realmente fôsem ignorantes, bárbaros, preguiçosos e incapazes de se declararem independentes, como afirmam os portugueses, essa incapacidade, diz o autor, seria uma vergonha para êles pois nas veias dos brasileiros “. . . circula seu mesmo sangue” (10). Vai mais longe seu raciocínio fazendo o seguinte argumento

“... se os americanos ingleses, chegado o tempo, dignos se mostraram da independência; se os espanhóis capazes dela se estão mostrando; só os portugueses levarão ao Brasil uma nova argila, destinada unicamente a fundir homens escravos! Então se diria, em verdade, que funestas dádivas fêz Portugal ao Brasil...” (11).

A realidade é que o caminho do Brasil desde 1808 era o da separação e D. João VI muito contribuiu para êste fato. Embora isso seja uma realidade acreditava-se que o Brasil não fôsse capaz de produzir homens com as qualidades necessárias de liderança para aglutinar em tórno de si as forças populares e proclamar a nossa independência. Isto aliás é lembrado pelo autor do artigo:

“Já disseram, que assim como o Brasil produz algodão e açúcar não produz Washingtons e Franklins” (12).

Como vemos o mito da suposta incapacidade do Brasil em produzir homens de valor é bastante antigo. Tentando provar a falsidade dessa afirmação, diz o autor que não podemos nos esquecer dos acon-

(10). — *Idem*, pág. 56.

(11). — *Idem*, pág. 55, 56.

(12). — *Idem*, pág. 56.

tecimentos de Pernambuco de 1817 e de outros registrados nos *Anais* de São Paulo, Santos e Minas. Em todos êsses recantos de há muito vicejava o espírito de independência.

Assim o autor responde uma por uma as críticas que os detentores do poder em Portugal fazem ao Brasil mostrando que ao contrário do que pensa os políticos da mãe Pátria, o Brasil esta preparado para ser livre e independente. A separação seria um passo decisivo na construção, progresso e engrandecimento do país.

Os portugueses contrários a nossa independência reclamam que a população brasileira é diminuta e perdida num vasto território e, portanto, incapaz de se tornar independente. A essa crítica responde o articulista:

“As grandes revoluções políticas dos impérios não se dobram exatamente aos frios cálculos da física ou geometria; ninguém se lembrou ainda marcar ao justo, ou mesmo aproximadamente, o número preciso de homens, para um povo se declarar independente...” (13).

Diz êle ainda

“Quem diria aos Estados Unidos em 1774. Vós sois apenas tres milhões, esperai, quando fordes 13, ou 6, então vos libertareis” (14).

Realmente o Brasil é pouco povoado; e Portugal, pergunta o autor, é povoado demais?

Com relação à falta de indústrias e outros meios de sustentação responde o autor: como pode o Brasil ter já muitas indústrias se ainda sofre as calamidades do poder absoluto? Como pode ter agricultura, comércio e manufatura desenvolvida se isto só acontece onde há instituições liberais? Como pode exigir-se isso tudo do Brasil? Portugal por acaso atualmente é o país mais desenvolvido do mundo?

Para tôdas as críticas feitas pelos portugueses a resposta é encontrada através de comparações feitas com a mãe Pátria. Assim pergunta o autor se no Brasil não há grandes virtudes ou talentos, por acaso em Portugal há sobra dêles? E ainda, se o Brasil é pobríssimo (*sic*) e não possui nenhum crédito, Portugal por acaso é muito rico

(13). — *O Bom Senso*, nº 1, vol. 1, pág. 56.

(14). — *Idem*, *Ibidem*.

atualmente? Goza de muito crédito? É bem verdade que no Brasil há partidos políticos descontentes mas a mesma crítica não pode ser feita com relação à Portugal?

A solução para a situação de inferioridade do Brasil é dada nos seguintes termos: Dê-se ao Brasil uma constituição própria da América; limite-se mas não se destrua a autoridade constitucional do Imperador; atente-se para a utilidade de duas câmaras eletivas; enfim constitua-se livremente o Brasil e temos certeza, êle ficará em condições de

“socorrer muitas potências” (15)

que hoje o desprezam.

O autor conclui afirmando que pretende defender a independência do Brasil, no interesse dêste e no de Portugal, não servindo facções ou indivíduos. A independência brasileira, tal qual foi realizada, era de interesse para a mãe Pátria e motivo de engrandecimento para nosso país.

Esta é uma entre as muitas análises dêste momento decisivo de nossa história; tem o mérito de lhe ser contemporânea, feita fora do país, longe do tumulto das paixões políticas que muitas vêzes prejudicam a objetividade das pessoas envolvidas nos fatos.

É uma análise política extremamente rica, consciente e que pode eventualmente ser retomada sob outros ângulos (16), dando novas perspectivas para o estudo da realidade brasileira no processo de sua independência.

(15). — *O Bom Senso, idem, pág. 58.*

(16). — É importante lembrar-se que só há algumas décadas a historiografia brasileira tem estudado a independência do Brasil inserida num contexto mais amplo que é o do desenvolvimento do capitalismo industrial causador do rompimento do pacto colonial.